



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Junho | 2017

Boletim Conjuntural

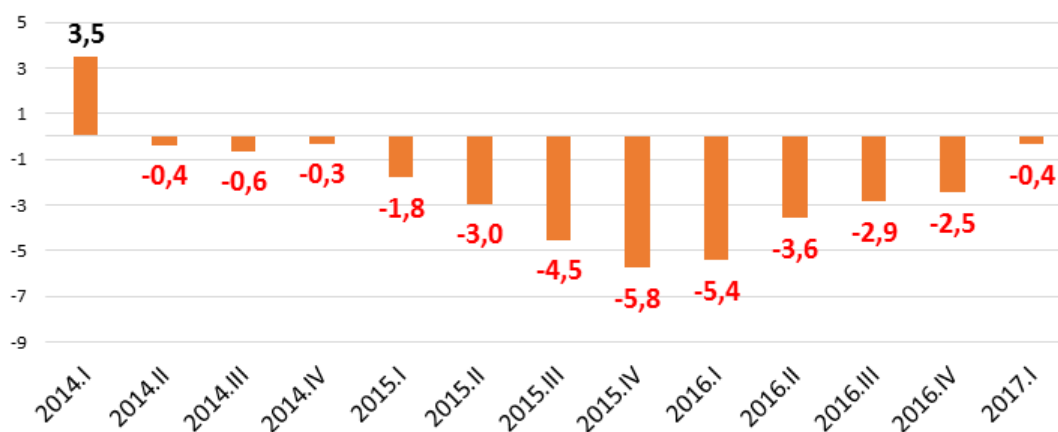
Junho | 2017

1. CONJUNTURA NACIONAL

No primeiro quadrimestre de 2017, em que pese a manutenção de fortes dificuldades econômicas, observa-se todavia um início de reação de alguns indicadores econômicos, com quedas menos acentuadas ou até mesmo variações positivas de atividades específicas. No entanto, recuperação sustentada da economia é algo de que não se tem, ainda, sinal perceptível.

A economia brasileira como um todo continua apresentando dados negativos: variação de -0,40% do PIB no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. Completam-se doze trimestres consecutivos de variação negativa do PIB, conforme **Gráfico 1**. Ademais, a variação do Índice de Atividade Econômica (IBC-BR, Banco Central) de abril de 2017 – uma espécie de antecipação do PIB –, comparativamente ao nível de abril de 2016, também é negativa (-1,7%).

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 1º Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)



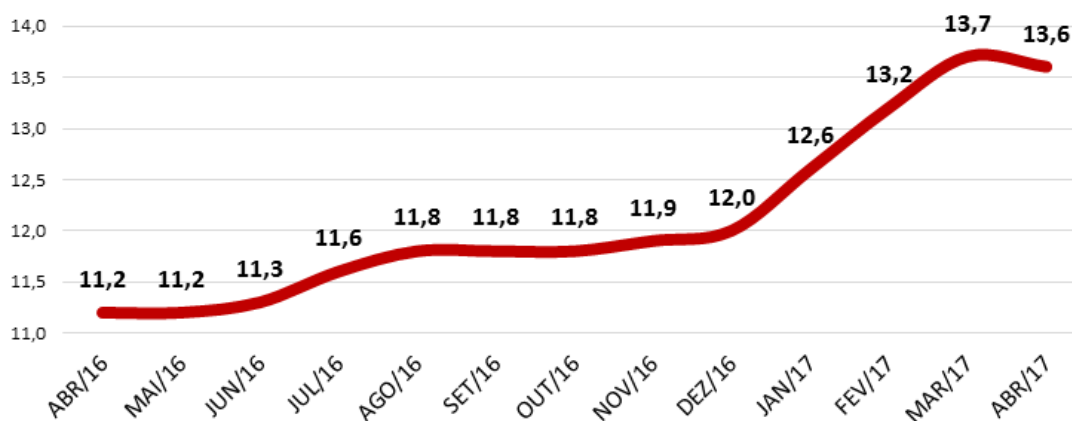
Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

De toda forma, mesmo permanecendo com um desempenho agregado negativo, a economia do país vem registrando um declínio menos intenso do que o observado ao longo dos dois últimos anos. Entretanto, ainda não são dados que respaldem conclusões de recuperação econômica sustentada. Todavia, são resultados que alimentam expectativas de que a economia nacional finalmente poderia estar caminhando na direção da finalização de um longo ciclo recessivo que se iniciou no segundo trimestre de 2014. Tem-se a expectativa de um crescimento do PIB para 2017 de apenas 0,39%, conforme o último Boletim Focus do Banco Central . A despeito da timidez, alimenta-se a expectativa de que venha a ser um início de uma recuperação sustentada da economia brasileira.

O mencionado arrefecimento da retração econômica ainda não foi suficiente para alterar de forma significativa o comportamento do mercado de trabalho, que continua longe de recuperação. Dados da PNAD Contínua/IBGE corroboram tal perspectiva, mostrando que no trimestre móvel encerrado em março de 2017 (janeiro-fevereiro-março) a taxa de desocupação alcançou o maior patamar (13,7%) da série histórica, iniciada em 2012. O pequeno declínio para 13,6% no trimestre móvel seguinte (fevereiro-março-abril), conforme **Gráfico 2**, apesar de importante, não é suficiente para mudar a gravidade da situação de desemprego.

¹BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus - Relatório de Mercado. 23 de junho de 2017.
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20170623.pdf>.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - abril/2016 a abril/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

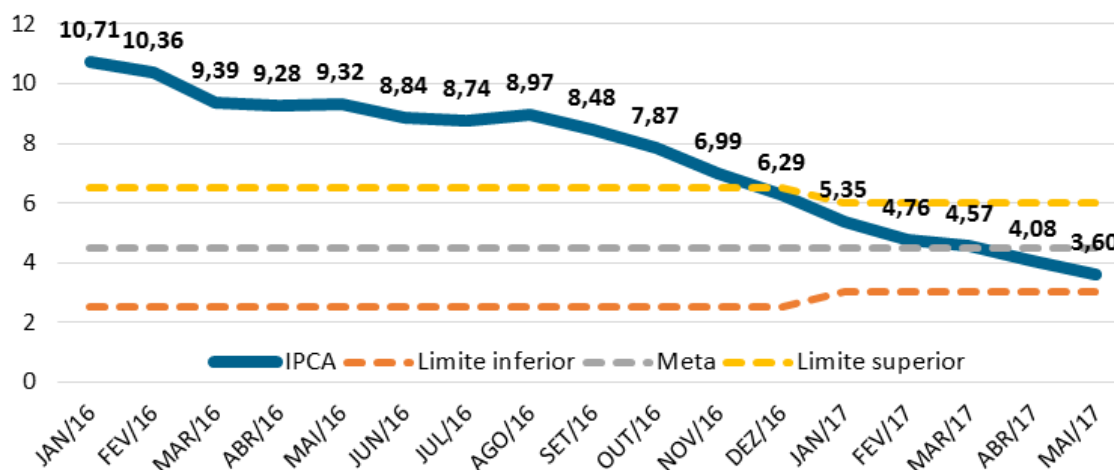
Ressalte-se – pelo peso social que o desemprego assume – que uma taxa de desocupação de 13,6% se traduz, no caso brasileiro, em um contingente de quatorze milhões de indivíduos (virtualmente, 14 milhões de famílias) buscando um lugar e uma renda no mercado de trabalho.

Um possível atenuante para tão volumosa redundância de força de trabalho é o fato de que nos últimos dois meses o número de novos empregos formais vem levemente superando o de demissões, o que se traduz em saldo global positivo de novos postos de trabalho com carteira assinada. Em maio, por exemplo, esse saldo foi de 34,2 mil ocupações – o que foi garantido por um saldo positivo de 46 mil empregos, do setor agropecuário, uma variação positiva, contra o quadro quase generalizado de resultados negativos. O comércio, por sua vez, apresentou um saldo negativo de 11,3 mil empregos. Portanto, se alguma recuperação do

emprego pode ser vislumbrada, isso se deve, até o momento, ao setor agropecuário por conta da excelente safra de grãos deste ano.

Bem mais alentador é o que se observa no flanco da inflação, cuja trajetória declinante vem se consolidando, como ilustrado no **Gráfico 3**. É nítida a diminuição do ritmo inflacionário contínuo desde agosto de 2016: a partir daí, o índice oficial de inflação vem sofrendo redução, considerado em cada mês, o acumulado dos últimos 12 meses: 8,97% em agosto; 8,48% em setembro; 7,87% em outubro; 6,99% em novembro; 6,29% em dezembro; 5,35% em janeiro de 2017; 4,76% em fevereiro; 4,57% em março; 4,08 em abril; e 3,60% em maio deste ano. Trata-se, portanto, de um processo declinante e, nos dois últimos meses, o acumulado de 12 meses já se situa abaixo do centro da meta de inflação do Banco Central (4,5%).

Gráfico 3 - Brasil: inflação (IPCA) acumulada em 12 meses, em % - janeiro/2016 a maio/2017

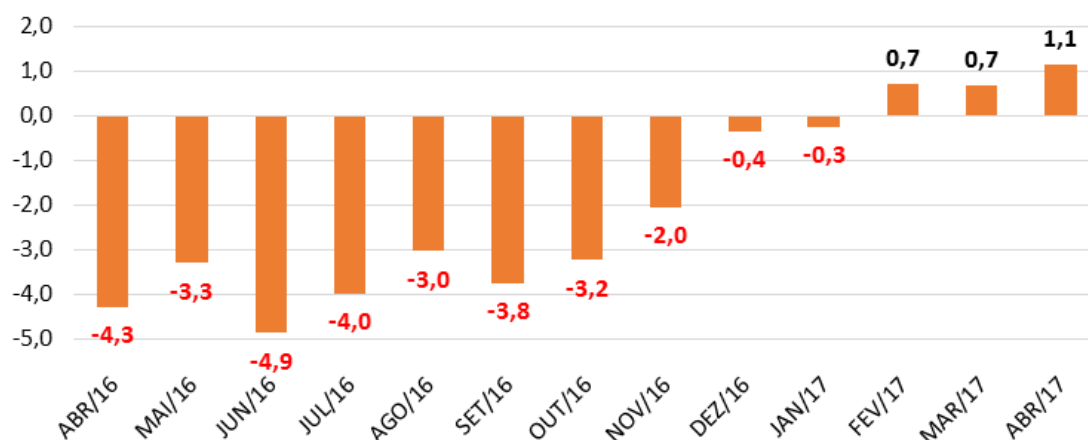


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Interessa, agora, que se assinale – neste panorama de crise da economia brasileira – um fator básico para o consumo agregado: a renda familiar, variável que tem associação direta com o quadro ocupacional e com o comportamento da inflação. A propósito, informações do IBGE revelam que a massa real de salários sofreu queda em todos os meses do ano passado. No

entanto – depois de considerável desaceleração a partir do último trimestre de 2016 –, as variações, embora permaneçam negativas, tornam-se menos intensas, até janeiro deste ano (-0,3%). Ademais, a partir daí, as variações na massa salarial passam a ser positivas em termos reais: 0,7% em fevereiro; 0,7% em março; e 1,1% em abril – **Gráfico 4**.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - abril 2016 a abril/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Utiliza a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho. A média calculada considera o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente utilizando-se o deflator (IPCA) do mês intermediário.

Esse ganho real, ainda que pouco expressivo, melhora o poder de compra das famílias e pode proporcionar aumento de consumo e, conseqüentemente, alguma recuperação das vendas no comércio varejista e na prestação de serviços. Essa variação positiva da massa de rendimentos do trabalho se deve essencialmente à redução significativa da inflação. Contudo,

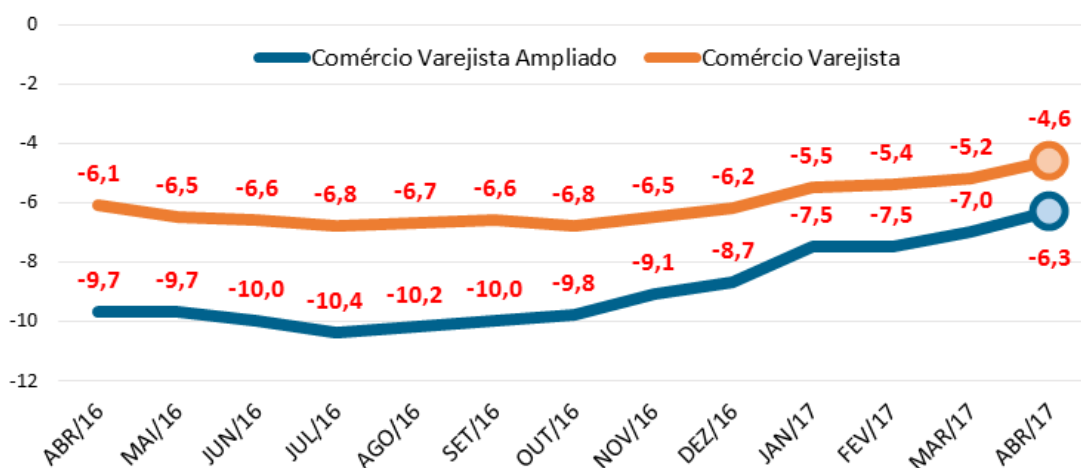
Volume de vendas do comércio permanece em declínio

O comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito – apresentou, no Brasil, em 2016, um declínio forte do volume de vendas, considerado o resultado acumulado do ano. No **Gráfico 5**, em que se observa a trajetória do volume acumulado de vendas em 12

uma recuperação mais significativa do consumo dependeria de uma redução expressiva do contingente de desempregados, o que naturalmente exigiria, inclusive, que o nível de emprego formal consolidasse tendência ascendente, para além das variações positivas no segmento agrícola, recentemente observadas.

meses, o varejo ampliado se mantém em variação negativa de dois dígitos, de junho a setembro de 2016. A partir de outubro, o desempenho negativo reduz-se gradativamente até alcançar -6,3% em abril de 2017. Portanto, nos quatro primeiros meses deste ano, o varejo ampliado revela um desempenho ainda de queda no volume de vendas acumuladas em 12 meses, embora os resultados mês a mês apontem para redução contínua do ritmo de queda desse indicador.

Gráfico 5 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de vendas do Varejo, em % - abril/2016 a abril/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: o Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do Varejo.

O declínio do volume de vendas também alcança o varejo restrito. Nesse caso, o resultado acumulado das vendas segue uma trajetória de queda menos intensa nos últimos meses, alcançando -4,6% em abril de 2017. Em suma, mantém-se variações negativas do volume de vendas do varejo, tanto no ampliado quanto no restrito, principalmente nos meses iniciais de 2017, conforme o índice acumulado 12 meses (IBGE).

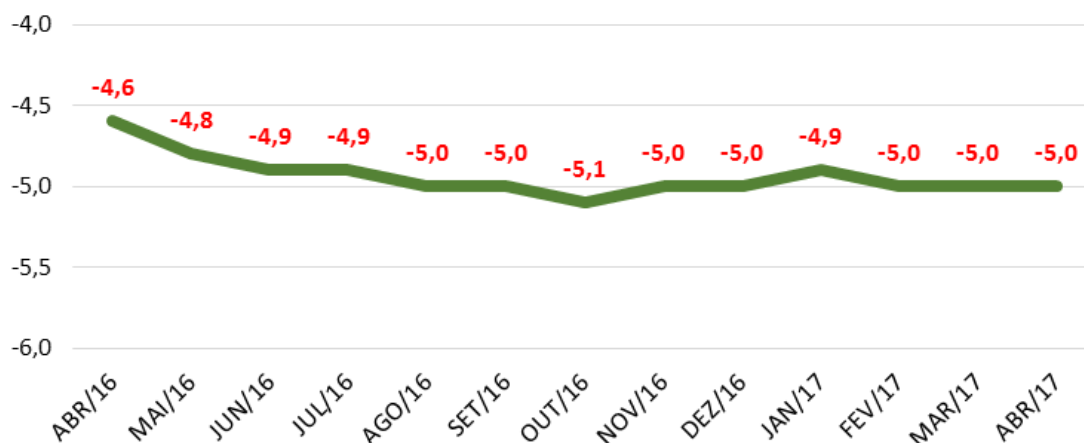
Declínio do volume de serviços mantém-se estabilizado em patamar elevado

Também afetado pela crise econômica, o volume de serviços prestados, no Brasil, revela trajetória de declínio. Nesse sentido, menciona-se que o volume de serviços registra variação negativa progressiva desde junho de 2015,

Como registrado nos últimos Boletins da Fecomércio, essa menor intensidade de declínio do volume de vendas do comércio, tanto no ampliado quanto no restrito, que vem se observando no país, e que se intensifica nos meses iniciais deste ano, alimenta expectativas de se ter um melhor desempenho do comércio varejista no segundo semestre de 2017.

quando acumulava (em 12 meses) uma contração de -0,2%. O **Gráfico 6** ilustra parte desse movimento (desde abril de 2016) de declínio progressivo, culminando com variação negativa de aproximadamente -5%, que se mantém desde o segundo semestre do ano passado até abril deste ano.

Gráfico 6 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Serviços, em % - abril/2016 a abril/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



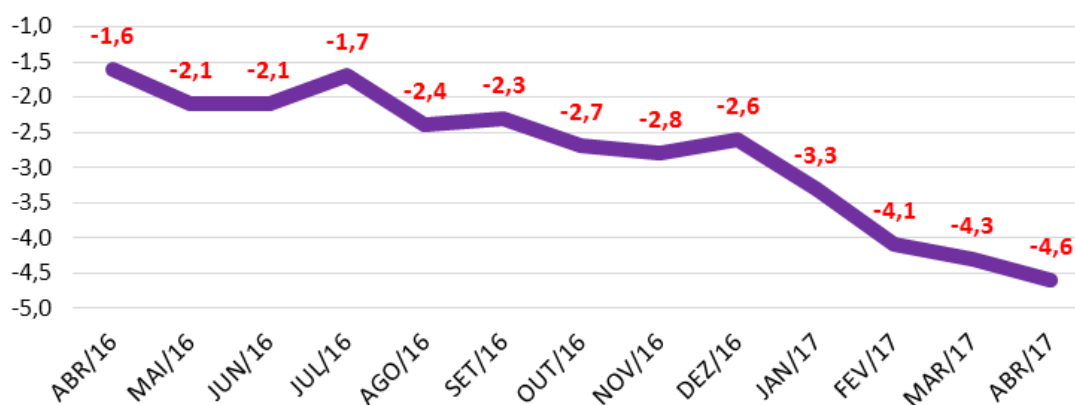
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Aprofunda-se o declínio do volume de atividades turísticas

Por outro lado, o segmento de prestação de serviços, no âmbito de atividades turísticas, apresenta não só trajetória decrescente, como

tem registrado quedas mais intensas nos meses iniciais de 2017: -3,3% em janeiro; -4,1% em fevereiro; -4,3% em março; e -4,6% em abril. É o que se desprende do índice de variação acumulada em 12 meses, em cada mês, relativamente aos 12 meses imediatamente anteriores (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Atividades Turísticas, em % - abril/2016 a abril/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



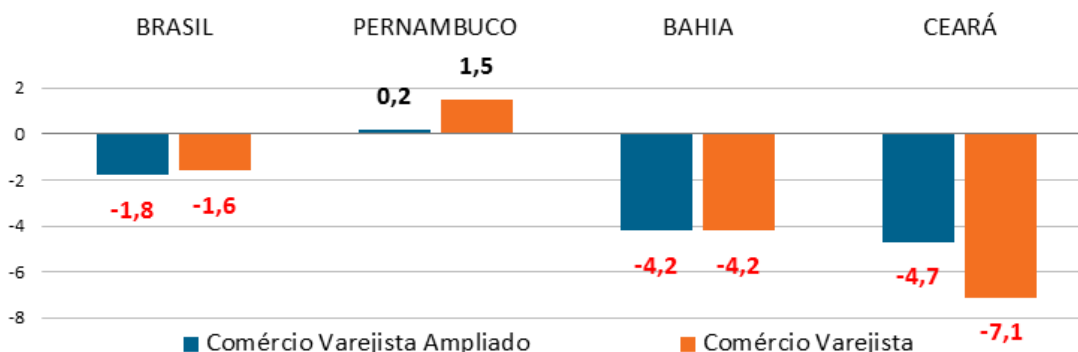
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM ABRIL DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O **Gráfico 8** traz informações referentes ao comércio varejista (ampliado e restrito), para janeiro-abril de 2017, comparativamente a correspondente período de 2016, para o país como um todo e para os três estados nordestinos mais fortes em termos econômicos. Observe-se que as variações do volume de vendas em Pernambuco (1,5% no varejo restrito e 0,2% no ampliado), além de serem positivas, representam os melhores

resultados entre os territórios considerados no trabalho. Nos demais territórios, os resultados são os seguintes: no país como um todo, -1,6% no varejo restrito e -1,8% no ampliado; na Bahia -4,2% e -4,2%; e no Ceará -7,1% e -4,7%. Como se vê, todos apresentam variações negativas do volume de vendas, sendo que as quedas mais intensas ocorreram no estado do Ceará.

Gráfico 8 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-abril/2017 (base: janeiro-abril/2016)



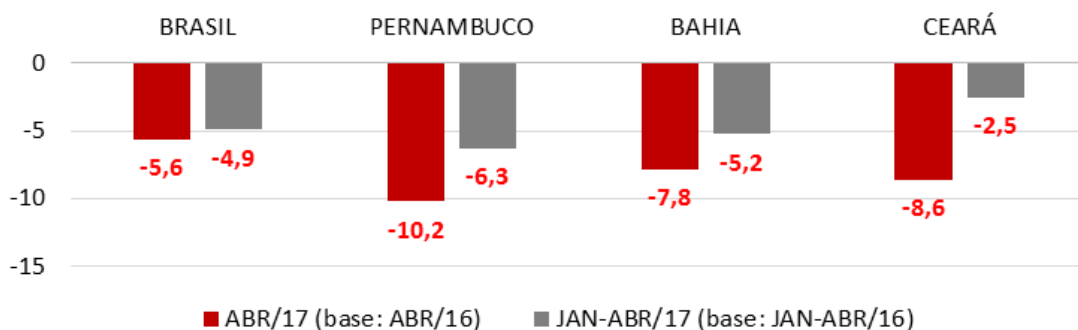
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

A fragilidade econômica, associada ao desemprego elevado, poder de compra dos consumidores ainda debilitado – em que pese o pequeno aumento real da massa salarial –, forte endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência, continua operando como um conjunto de fatores impeditivos de uma recuperação significativa do varejo. Reitere-se que nesse ambiente os resultados apontados para Pernambuco são os melhores, entre os territórios analisados, inclusive com desempenho positivo tanto no varejo restrito, quanto no varejo ampliado.

No que diz respeito ao segmento de prestação de serviços (ver **Gráfico 9**), observe-se que o volume de serviços em Pernambuco cai, tanto

no confronto de abril de 2017 com abril de 2016, quanto no resultado acumulado (janeiro-abril de 2017, tendo por base o mesmo período do ano anterior): -10,2% no mês de abril de 2017; e -6,3% no resultado acumulado do ano. Na Bahia, as quedas são, respectivamente: -7,8% e -5,2%. No Ceará: -8,6% e -2,5%. E, no Brasil: -5,6% e -4,9%. Portanto, todos os resultados são negativos – tanto o mensal quanto o acumulado. Ademais, diferente do que se apontou para o comércio varejista, o desempenho do segmento de prestação de serviços em Pernambuco é o que registra as variações negativas mais fortes, não só em relação ao país como um todo, como também relativamente aos outros estados do Nordeste incluídos no estudo (Bahia e Ceará).

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação em abril de 2017 e variação acumulada no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-abril/2017 (base: mesmo período de 2016)

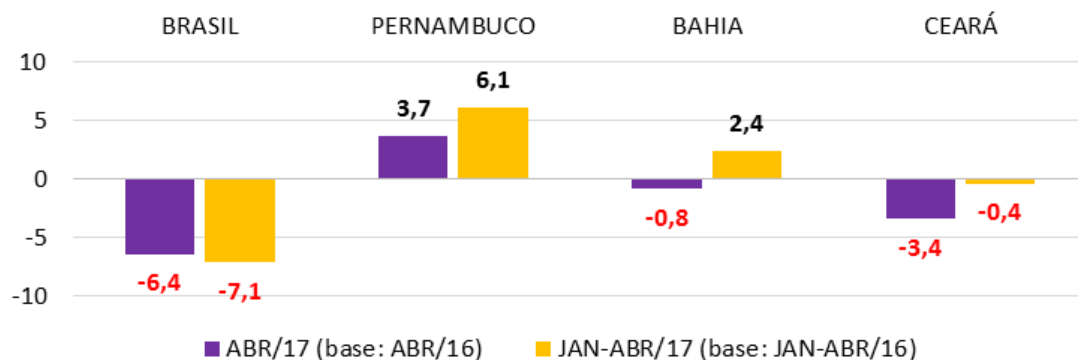


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O desempenho referente ao segmento de turismo também é contemplado na análise desenvolvida nos Boletins mensais da Fecomércio, conforme ilustrado no **Gráfico 10** – que contém, como de praxe, o indicador mensal do volume das atividades turísticas (abril de 2017 comparado

a abril de 2016), e o desempenho acumulado do ano. Nesse aspecto, Pernambuco apresenta melhor desempenho entre os territórios analisados no resultado acumulado do ano (+6,1%); e +3,7% no resultado mensal.

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - abril/2017 e janeiro-abril/2017 (base: mesmos períodos no ano anterior)



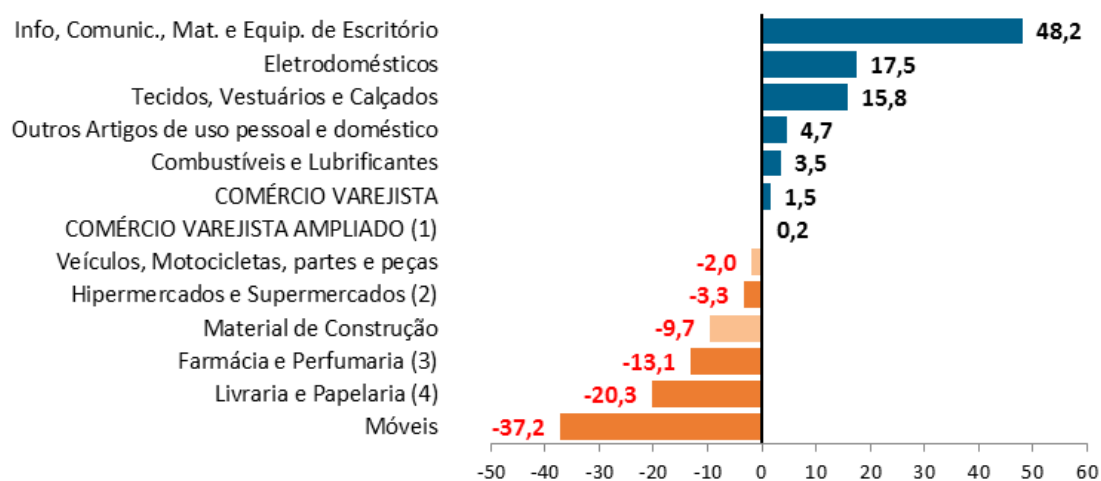
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Nesta seção, mantendo-se procedimento adotado em todas edições do Boletim Fecomércio-PE, é incorporado detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Por essa razão, é conveniente que mais uma vez seja feita referência ao caráter dual da abordagem do varejo. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais,

revistas e papelerias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescentando-se a tal conjunto as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 11** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referentes a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 11 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-abril/2017 (base: janeiro-abril/2016)



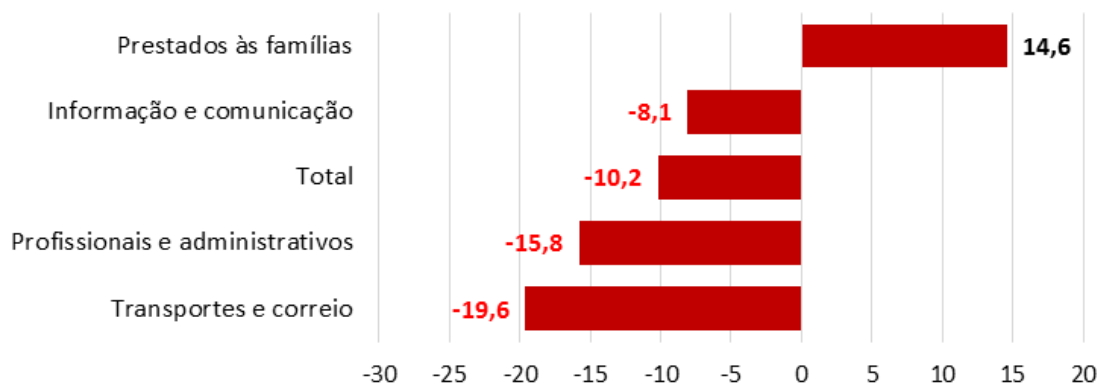
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Observe-se que metade mais um dos segmentos do comércio varejista continua apresentando variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. É o caso de Móveis (-37,1%); Livraria e Papelaria (-20,3%); Material de Construção (-9,7%); Farmácia e Perfumaria (-13,1%); Hipermercados e Supermercados (-3,3%); Veículos, Motocicletas, partes e peças (-2,0%). Os outros cinco segmentos apresentaram variações positivas: Material de Informática, comunicação, equipamentos de Escritório (48,2%); Tecidos, vestuários e Calçados (15,8%); Combustíveis e Lubrificantes (3,5%); Eletrodomésticos (17,5%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,7%). Destaque-se que, mesmo com a maioria dos segmentos do varejo apresentando variações

negativas, os resultados agregados são levemente positivos: 0,2% no varejo restrito e 1,5% no ampliado – fato que alimenta expectativas de que o varejo possa vir a iniciar uma fase de recuperação.

No que se refere aos segmentos de prestação de serviços (ver **Gráfico 12**), a retração (acumulada no ano) das atividades que compõem esse setor é quase generalizada. Exceto ‘serviços prestados às famílias’ (com uma significativa variação positiva de 14,6%), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-19,6%); ‘informação e comunicação’ (-8,1%); ‘serviços profissionais e administrativos’ (-15,8%).

Gráfico 12 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-abril/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Como registrado neste Boletim, já são completados 12 trimestres de série contínua de variações negativas do PIB brasileiro. Entretanto, alguns indicadores revelam relativa melhora da situação econômica, comparativamente a 2016. Como mencionado, quedas menos intensas ou até mesmo melhorias localizadas alimentam expectativas menos pessimistas. O receio, infelizmente com fundamento, é de que descaminhos da política acabem por interferir negativamente sobre um movimento ainda incipiente de recuperação econômica. Possíveis consequências das ações de combate à corrupção atingem fortemente o núcleo central de poder político e diversos membros do Congresso Nacional. Em decorrência, reformas necessárias não avançam e convive-se com possibilidades de crise institucional.

A redução significativa da Inflação – que terminará 2017 bem abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central – é, sem dúvida, o principal ingrediente positivo. Juros em trajetória declinante e perspectiva das reformas previdenciária (importante para o ajuste fiscal) e trabalhista são aspectos que poderiam restaurar a confiança necessária à retomada de investimentos. Mas, reitere-se, é uma trajetória difícil de se concretizar diante da dificuldade de governar e de um ambiente político imprevisível e inseguro que pode levar à interrupção do mandato do atual presidente e eleição indireta – via Congresso – do substituto. Acrescenta-se uma outra eleição presidencial, no próximo ano, para renovação dos cargos de presidente, governadores, deputados estaduais e federais, além de parte dos senadores. Portanto, não é um ambiente favorável à aprovação e implantação de reformas importantes para modernizar o país e consolidar o ajuste fiscal.

Consideradas certas circunstâncias, o cenário estritamente econômico seria alentador. Permanecem expectativas e projeções de um crescimento do PIB em 2017 (0,39% - Boletim

Focus de 23 de junho), a despeito de ainda não se vislumbrar um sinal de recuperação econômica sustentável. Todavia, aos ainda frágeis indícios de recuperação de produto e emprego, de forma localizada, associa-se clara tendência declinante da inflação, o que vem propiciando redução da taxa básica de juros (com conseqüente diminuição do peso de encargos sobre a dívida pública) e apontando para potencial movimento favorável à recuperação da taxa de investimento e do consumo das famílias.

Graves problemas fiscais ao nível da União, estados e municípios esperam por reformas e ajustes de difícil operacionalização. A crise fiscal do Governo Federal e a fragilidade fiscal de governos estaduais e municipais ainda exigirão medidas duras que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a serem possivelmente auferidos em médio e longo prazos, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico não apresente novos retrocessos. Todavia, a cautela ainda existente tanto no meio empresarial quanto entre consumidores é perfeitamente compreensível.

Nesse contexto, incertezas políticas, persistência de elevado desemprego – com um contingente de 14 milhões de pessoas desempregadas –, ampliação da massa salarial ainda dependendo de uma recuperação do emprego, endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência ainda constituem fatores que explicam a permanência da situação claudicante dos negócios no varejo e no setor de serviços em Pernambuco e em outros estados do Nordeste, e no Brasil como um todo.

Em resumo, é um fato o agravamento de fatores políticos que afetam diretamente e de forma negativa o desempenho de segmentos como comércio varejista e prestação de serviços. A diferença é que em 2017 o desempenho de segmentos específicos contribui para almentar esperanças de final de crise e início de

recuperação, mesmo de forma modesta.

Todavia, é desejável que o país logre avançar nas reformas, possibilitando reduzir a gravidade da questão fiscal e modernizar as relações de trabalho, o que propiciaria transição para um ambiente econômico mais favorável a mudanças de expectativas, e atração de capitais para projetos de infraestrutura, alternativa que – uma vez viabilizada – teria impacto imediato na redução do desemprego. Seria necessária uma política tanto eficaz na atração de investimentos quanto efetiva para expansão da demanda agregada.

Enquanto não for significativamente reduzido o elevado nível de desemprego, recuperada a massa salarial e atenuados o endividamento

das famílias e o elevado nível de inadimplência, permanecerá lenta a recuperação do volume de vendas do varejo e dos serviços em Pernambuco, em outros estados do Nordeste, e no Brasil como um todo.

Infelizmente, a recorrência de fatores políticos que afetam diretamente, de forma negativa, o desempenho econômico do país, segue constituindo balizador de expectativas e de projeções econômicas. Em tal contexto, nos segmentos da economia que se vinculam diretamente ao mercado consumidor – a exemplo dos segmentos de comércio varejista e prestação de serviços – deve prevalecer, por algum tempo, um sentimento de cautela com respeito ao surgimento sustentável de expectativas otimistas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índice de Atividade Econômica – Brasil (IBC-Br)**. Abril/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**. 4º Trimestre 2016.

Pesquisa Mensal do Comércio. Abril/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Abril/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Abril/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Março/2017.

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Iaranda Barbosa
Revisões Textuais

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

